



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**ATA TRF2 0940334**

**MEMÓRIA DA 1ª REUNIÃO BIMESTRAL DO COMITÊ REGIONAL POP RUA JUD - RIO.**

Aos 25 dias do mês de março do ano de 2025, à hora designada, por meio do Sistema *Zoom*, a **Juíza Federal Valéria Caldi Magalhães** declarou aberta esta videoconferência.

Iniciada a videoconferência, constam presentes:

- Juíza Federal Valéria Caldi Magalhães - representante do Tribunal Regional Federal da 2ª Região;
- Juíza Federal Ana Carolina Vieira de Carvalho – representante do Tribunal Regional Federal da 2ª Região;
- Desembargador Carlos Henrique Chernicharo – representante do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região;
- Defensor Público da União Thales Arcoverde Treiger, representante da Defensoria Pública União;
- Defensora Pública da União Taísa Bittencourt - representante da Coordenadoria do GTPopRua da DPURJ;
- Defensora Pública Estadual Cristiane Xavier de Souza, representante da Defensoria Pública do Estado;
- Procuradora da República Aline Mancino da Luz Caixeta, representante do Ministério Público Federal;
- Procuradora do Trabalho Fernanda Barbosa Diniz, representante do Ministério Público do Trabalho;
- Advogada da União Karla David Paloma – representante da AGU;
- Sr. Ricardo Leite – representante do Ministério Público do Trabalho;
- Sra. Raquel de Moraes Barbosa Caprio, representante da Secretaria Municipal de Saúde – SMS;
- Sra. Nilza Rogéria de Andrade Nunes, representante da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio;
- Sra. Ana Paula P. Rosalino, representante da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social – SEHIS;
- Sr. Leonardo Ferreira – representante da Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC RJ;
- Sr. Anderson Rocha – representante do Governo do Rio de Janeiro – SETRAB;
- Sr. Bob Calazans – representante da Secretaria Municipal de Habitação do RJ;
- Sra. Tania Ramos – representante da Pastoral Nacional do Povo da Rua e do CIAMP- Rua Nacional;
- Sra. Fernanda Gomes – representante do Tribunal Regional do Tribunal Regional Eleitoral;
- Sra. Paula de Paula – representante da Secretaria Municipal de Habitação;

- Sra. Claudia Simões – representante da Fundação Leão XII;
- Sra. Cristialane Lima – representante da Superintendência de Atenção Primária à Saúde da SES RJ;
- Sr. Jorge Fernandes – representante da Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.
- Os Servidores João Coelho, Renata Bérenger, Matheus Henrique, Wilsinei e os estagiários Patrícia Moreira e Antonio Reguete.

#### **Encaminhamentos da reunião:**

- 1 - Apresentações dos subgrupos de 2024;
- 2 - Planejamento de ações para 2025;
- 3 - Manifestação da representante da Pastoral da Rua; e
- 4 - Informes gerais.

Dra. Valéria inicia a reunião apresentando os subgrupos para aqueles que estão participando da reunião pela primeira vez. Informa que foram criados três subgrupos temáticos dentro do Comitê, cada um com uma Coordenação e o compromisso de desenvolver alguns projetos: o primeiro subgrupo ligado ao trabalho; outro de documentação geral e obtenção de documentação; e o terceiro de fluxos permanentes e relações interinstitucionais.

Esclarece que o grupo de fluxos e procedimentos, foi direcionado para o atendimento à população em situação de rua que envolva o CIPOP - Centro Integrado de Atendimento à população em situação de rua, no âmbito da Justiça Federal; que reuniões estão ocorrendo com o núcleo de perícias para a elaboração de um projeto piloto em que se reservaria um dia a cada dois meses, inicialmente, para a realização de uma instrução completa nas demandas envolvendo pessoas em situação de rua, com atendimentos no horário da manhã e, havendo necessidade de designação de audiência, a mesma ocorreria no período da tarde, inclusive com a realização de perícia.

Dra. Ana Carolina acrescenta que estão dependendo de um ato para formalizar este fluxo no Tribunal, além da confirmação das datas, dentro da agenda da central de perícias de peritos, em que esse fluxo poderá ocorrer.

Dra. Valéria informa, ainda, que o Mutirão POP RUA tem data prevista para ocorrer nos dias 26, 27 e 28 de agosto do corrente ano e também há previsão para este ano da realização do REGISTRE-SE, com a atuação de diversos órgãos além da Justiça Federal e que, embora seja uma ação para atendimento subregistro, de uma maneira geral, atende, em larga medida, a população em situação de rua.

Ressalta, no que tange ao subgrupo do trabalho, que ocorreu o encaminhamento de um acordo de empregabilidade, um ACT; e que o subgrupo de documentação, também está elaborando um projeto nesse sentido.

Dra. Fernanda Diniz aduz que, inicialmente, a ação integrada era para dar suporte aos trabalhadores em situação de escravidão, ou seja, que não têm onde morar ou como retornar para sua casa, mas acabou abrangendo o projeto POP RUA; que no momento somente uma empresa aceitou aderir à ação integrada, mas ainda não disponibilizou vagas para o projeto; que entrou em contato com o CIEE, que possui alguns projetos sociais e tem interlocução com muitas empresas, que se prontificou, até maio, estudar a possibilidade de criar um evento com empresas para fazer a propaganda do projeto. Por fim, indaga aos representantes presentes se poderiam contactar empresas conhecidas, para angariar pessoas para operarem dentro do subgrupo do trabalho.

Dra. Ana Carolina informa que o Conselheiro Pablo do CNJ manifestou, no começo do ano, o interesse na criação de um projeto de empregabilidade; que apresentou o projeto da ACT; que o Conselheiro gostou do projeto, mas deixaram de aderir eis que esbarraria no setor jurídico do CNJ e poderia atrasar a assinatura do acordo; que o Conselheiro já conversou com a Multiplan, que manifestou interesse em aderir. Sugere, então, marcar uma reunião com o Conselheiro após ajustada a questão da assinatura do acordo.

Dra. Claudia Simões menciona que o subgrupo de documentação ponderou no final do ano passado um projeto de capacitação para os registradores, em parceria com Defensoria Pública, a Fundação Leão XIII e a OSC Nova Chance, que visa atualizar os registradores do Rio de Janeiro, padronizando a digitalização da documentação.

Dra. Valéria indaga se o subgrupo conseguiu idealizar alguma coisa; se estão precisando de alguma ajuda; se já houve contato com o pessoal da Arpen, dos registradores nacionais ou com algum outro órgão em que o Comitê pudesse interferir positivamente.

Dra. Claudia Simões informa que nas reuniões do ano passado conseguiram definir o cronograma desta atividade e a maneira como seria organizada, mas não sabe se a Dra. Cristiane fez esta articulação com órgãos ou com a Arpen.

Dra. Valéria ressalta a importância da participação do TJ, especificamente por conta da atribuição que eles têm de fiscalização dos cartórios e orientação e que, inclusive, há juízes no TJ que tratam exclusivamente de fiscalização extrajudicial.

Posteriormente a Dra. Valéria traz a debate dois temas: o primeiro em relação à composição do comitê. Aduz que o comitê foi criado com uma composição mínima sugerida pela resolução do Conselho Nacional de Justiça e que, periodicamente, questiona aos próprios membros do Comitê se tem alguma sugestão de inclusão; e aponta a necessidade de uma maior representatividade de pessoas e entidades que trabalhem com esse público e tragam as suas reais demandas.

O segundo tema diz respeito a audiência pública que ocorrerá no dia 31 no Ministério Público Federal, sobre o tema das pessoas em situação de rua.

Dr. Jorge Fernandes sugere trazer ao debate uma professora do mestrado da faculdade de arquitetura que tem um grupo de alunos pesquisando sobre o mapeamento da concentração de pessoas de rua no Município do Rio de Janeiro; que ela já tem, inclusive, o levantamento das principais qualificações que essas pessoas têm; e que ela poderia contribuir, ainda, com a escolha das regiões em que podem ser feitas atividades itinerantes.

Dra. Fernanda Diniz indaga a possibilidade de se fomentar projetos de lei que criem cotas para pessoas em situação de rua, pelo menos no serviço público, como a gente tem as cotas para mulheres vítimas de violência.

Dra. Ana Carolina sugere ser expedido um ofício pelo Comitê a respeito dessas cotas, ressaltando que já há as cotas para as mulheres, e que seria interessante ter a dos homens, também tendo em vista que a maioria da população em situação de rua é masculina.

Dra. Valéria ressalta que o Comitê POP RUA é um Comitê Estadual, e recomenda que a expedição de um ofício conjunto, ou, pelo menos, fazendo menção a uma deliberação conjunta, sugerindo que fosse encaminhado na via legislativa um projeto de cotas conforme sugerido.

Dr. Jorge Fernandes informa que já há previsão de cota na lei de licitações; e que talvez pudesse haver uma ingerência política com o intuito de modificar o artigo da lei para conseguir incluir pessoas em situação de rua.

Dra. Cristiane Xavier destaca que há a lei municipal nº 6.355 de 2018, que dispõe sobre a reserva de percentual das vagas de trabalho em serviços e obras públicas para pessoas em situação de rua; e a Lei Ordinária nº 14.821/2024, que institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua - PNTC PopRua e prevê um percentual de 3%, enquanto a municipal é de 5%.

Aborda, ainda, a situação dos grandes eventos que ocorrem na atual gestão da cidade do Rio de Janeiro e que não há um plano de contingência para a população em situação de rua, com aproveitamento de catadores e catadoras de material reciclado, que a maioria é pop rua.

Dra. Fernanda Diniz conjectura que o MPT fazer uma interlocução com os poderes municipais, para ver como o disposto na lei municipal 3.650 está sendo aplicado.

Dra. Nilza Rogéria aponta a questão da exploração de mão de obra das pessoas em situação de rua nos grandes eventos que ocorrem na cidade; ressalta que eles trabalham na montagem desses eventos, de forma temporária e pontual, mas que a diária que recebem é sempre muito mais baixa

do que para o trabalhador que as montadoras de eventos levam. Em razão disto, indaga se o Comitê poderia encaminhar uma carta à Prefeitura a respeito desta situação.

Aponta, ainda, que outra questão a ser avaliada é a situação de idosos, cujo número na rua está cada vez maior; a questão da dependência de álcool e outras drogas; e também a situação das pessoas com transtorno de doenças psíquicas, cujo aumento realmente impressiona nas regiões da cidade que se concentram.

Dra. Aline Caixeta sugere verificar se no centro do pop rua do TJ haveria a possibilidade de se criar um espaço de escuta direta, periódico, das demandas trazidas pela população em situação de rua, através do CIPOP Google.

Dra. Tânia Ramos destaca a situação da violência que essas pessoas em situação de rua sofrem diariamente; que o Rio de Janeiro foi uma das cidades onde a população de rua mais emigrou para o centro, eis que nos grandes bairros não há tanta alimentação e tão poucos espaços onde eles possam ir como há no Centro do Rio.

Dra. Valéria aduz que essa questão da violência sempre é trazida até o comitê; que na última reunião ocorrida no ano passado o assunto foi abordado e uma forma que o comitê vislumbrou para ajudar é através do contato com a SEOP, a secretaria de ordem pública, além de tentar ajudar na capacitação dos agentes e dos coordenadores que atuam diretamente com a população em situação de rua; que, inclusive, a Dra. Cristiane comentou que tem um plano estruturado e o comitê salientou que tem interesse em aderir e buscar meios para que haja a participação tanto da justiça federal quanto da justiça estadual.

Dra. Ana Carolina acrescenta que no CNJ, no plano de ação do Comitê Nacional, foi aprovado que um dos planos de ação é este da capacitação; que foi feita uma audiência pública ou uma consulta no fim do ano passado e agora o CNJ está para compilar esse material e fazer os encaminhamentos.

Dr. Bob Calazans informa que já existe um Decreto Municipal que prevê o aproveitamento da população de rua nos serviços da Secretaria Municipal de Habitação; e que estão trabalhando para que seja feita a regulamentação deste Decreto para que possam absorver uma parte da população de rua e, principalmente, as pessoas que já estão em abrigo, junto com a Secretaria de Assistência Social, que fará a avaliação dessas pessoas.

Dra. Tânia indaga se existe dentro da prefeitura uma política, direcionada à população de rua, em relação à questão dos aluguéis sociais; se houve a assinatura de um projeto junto com o Edilson Pires sobre a questão da moradia; e como está sendo encaminhado o projeto ruas visíveis, também assinado no ano passado.

Dr. Bob Calazans informa que atualmente a Secretaria de Habitação não possui uma política específica para habitações da população de rua; que possuem políticas para a construção de habitação de uma forma geral; que não tem conhecimento a respeito dos outros projetos. Ao final se dispõe a abrir um canal de comunicação com a Secretaria de Assistência Social e também com subsecretária de especial ou o próprio chefe de gabinete da Deputada Marta Rocha, que tem demonstrado bastante interesse em ajudar a população em situação de rua.

Dra. Valéria propõe reservar de 15 a 20 minutos da reunião para ouvir os representantes dos órgãos públicos que trabalham diretamente com as pessoas em situação de rua sobre o que está acontecendo, em termos de política pública, no nosso Município, e no Estado do Rio de Janeiro.

Dra. Karla Paloma concorda.

Dra. Ana Carolina concorda e sugere que esse trabalho de escuta seja feito nos meses em que não houver a reunião bimestral do Comitê; e que poderia ocorrer um rodízio com duas pessoas por mês.

Dra. Valéria sugere agendar uma reunião com o Secretário e o Coordenador da SEOP.

Dr. Bob Calazans esclarece que atualmente quem trata a relação com a população de rua é a Secretaria municipal de saúde e a Secretaria municipal de Assistência Social, e a Secretaria de Ordem Pública dá apoio às duas Secretarias nas operações; que a abordagem feita na rua é realizada pela Assistência Social, com o apoio da Secretaria de Ordem Pública.

Sugere, então, ouvir primeiramente a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria de Saúde, que são a ponta da Prefeitura no atendimento e na abordagem à população de rua na cidade do Rio de Janeiro. Por fim acrescenta que quem cuida do ordenamento urbano, na questão dos Camelôs, é a SEOP.

Dra. Cristiane Xavier destaca que o projeto “Reviver centro” não contempla a grande população que precisa de déficit habitacional e sugere que haja a incitação das Secretarias quanto à mudança que teve na Lei minha casa minha vida e no que tange a implementação de moradias para a população que não tem renda.

Dr. Bob Calazans informa que atualmente a Secretaria de Habitação está fazendo um levantamento e uma busca ativa de imóveis da Prefeitura no centro do Rio de Janeiro e também a buscando de imóveis que têm dívidas de IPTU muito altas, que já ultrapassam o valor venal do imóvel, com o intuito de fazer uma requalificação desses imóveis.

Acrescenta que maioria destes imóveis são tombados parcialmente, tombados ou têm a fachada preservada; que para requalificar esses imóveis o custo é de 170 mil, mas a CEF vai chegar a 238 mil, só que mesmo assim, no centro do Rio de Janeiro, para requalificar esses imóveis, o dinheiro não é o suficiente; que essa semana a Secretaria conseguiu que o Prefeito Eduardo Paes destine mais de 18 milhões para ir em forma de fomento para a revitalização e construção de habitações populares no centro do Rio; e que estes imóveis serão destinados para as populações que recebam até três salários mínimos (faixa 1).

Ao final expõe que existe uma modalidade de financiamento do governo federal chamado “minha casa minha vida é entidade”, que não é construído pela iniciativa privada, mas sim por organizações públicas e que será implementado na Cidade do Rio de Janeiro.

Dra. Cristiane Xavier ressalta a importância da implementação de moradias para a população faixa zero.

#### **Encaminhamentos para a próxima reunião:**

- 1 - Resgatar algumas entregas pendentes dos subgrupos;
- 2 - Capacitação dos registradores;
- 3 - Entrar em contato com a professora do mestrado da faculdade de arquitetura, que tem um grupo de alunos pesquisando sobre o mapeamento da concentração de pessoas de rua no Município do Rio de Janeiro;
- 4 - Analisar a possibilidade de expedição de Ofício com o intuito de relatar e encaminhar um pedido para a municipalidade de ampliação da cota para as pessoas em situação de rua;
- 5 - Dra. Valéria se compromete a entrar em contato com a Desembargadora Renata Cota e com a Dra. Tereza a respeito da criação de um espaço de escuta direta no CIPOP;
- 6 - Avaliar a criação de um subgrupo de capacitação;
- 7 - Marcar reunião com o Secretário e o Coordenador da Secretaria de Ordem Pública – SEOP; e
- 8 - Contactar a equipe do TJ, para os fins de solicitar a indicação de seus representantes.

**Próxima reunião:** dia 27/05/2025, terça-feira, às 16h30.



Documento assinado eletronicamente por **VALERIA CALDI MAGALHAES, Presidente de Comissão**, em 29/04/2025, às 06:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0940334** e o código CRC **65725D2F**.

---